



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

130

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331436-9- Camaragibe
(1ª Vara Cível)

Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Recorrido: Mario Laete Franca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PURGAÇÃO DA MORA DAS PARCELAS VENCIDAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO INTERPOSTO POR CÓPIAS DIGITALIZADAS. NÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI 9800/99. INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. RECURSO DE AGRAVO COM OS MESMOS DEFEITOS DO ANTERIOR. NÃO CONHECIMENTO. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 557, § 2º, DO CPC. DECISÃO UNÂNIME.

1.. A interposição de recurso por cópia digitalizada desacompanhada do original atenta contra a regularidade formal que norteia a prática dos atos processuais, o que acarreta o não conhecimento do inconformismo, por defeito de admissibilidade.

2. A recorrente interpôs o presente recurso de agravo através de cópia novamente e repetiu os fundamentos já declinados nas razões do agravo de instrumento, afrontando o princípio da dialeticidade, visto que em nenhum momento impugnou os fundamentos da decisão agravada.

3. Aplicação da multa do art. 557, §2º, do CPC, tendo em vista tratar-se de recurso manifestamente infundado.

4. Recurso não conhecido por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade de votos**, em **NÃO CONHECER** do recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 18 de junho de 2014.

Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

131

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331436-9- Camaragibe
(1ª Vara Cível)

Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Recorrido: Mario Laete Franca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

RELATÓRIO

Agravo Inominado recebido como Recurso de Agravo.

Decisão recorrida às fls. 75/76.

No primeiro grau foi proferido *decisum* na *Ação de Busca e Apreensão*, proposta por **Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.** contra Mario Laete Franca, decisão essa que possibilitou a purgação da mora mediante o pagamento das parcelas vencidas e das que se vencerem no curso da ação, entendendo desnecessária a quitação da totalidade das prestações pactuadas até o final do contrato.

Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A. interpôs agravo de instrumento, o qual monocraticamente, neguei seguimento por entender que não se pode conhecer de recurso interposto através de mera cópia reprográfica, sem autenticação ou assinatura original do patrono.

Contra a decisão de minha lavra, **Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.** propõe o presente agravo, através de cópia, em que renova os argumentos lançados no agravo de instrumento e pede a reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso.

É o relatório.

Recife, 18 de junho de 2014.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

132

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 331436-9- Camaragibe
(1ª Vara Cível)

Recorrente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S.A.

Recorrido: Mario Laete Franca

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

VOTO

Não convencido de mudança no meu entendimento anteriormente esposado, submeto à apreciação desta Corte a insurgência recursal.

A decisão agravada, na parte que interessa, está vazada nos seguintes termos (fls. 75/76):

"(...) Em juízo de admissibilidade recursal, percebo, de plano, que as fls. 03 e 27 são meras cópias, visto que a agravante interpôs o recurso sem autenticação ou assinatura original do patrono.

Além disso, à fl. 72 a Diretoria Cível certificou que a agravante não apresentou a petição recursal autêntica.

Nesse sentido, vejamos o entendimento desta Corte de Justiça:

"EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL TIRADO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - ART. 535 DO CPC - INTERPOSIÇÃO POR CÓPIA REPROGRÁFICA SEM AUTENTICAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO CONHECIDOS - DECISÃO UNÂNIME. (TJPE - Embargos de Declaração 297520-6, Relator: Josué Antônio Fonseca de Sena, 1ª Câmara Cível, Data de julgamento: 06/08/2013, Data da publicação: 12/08/2013)" (grifei)

Vejamos o posicionamento de outros tribunais a respeito do tema:

"PROCESSO CIVIL AGRAVO REGIMENTAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. MERA CÓPIA REPROGRÁFICA. IRREGULARIDADE NA FORMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE CORREÇÃO POSTERIOR. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Não se conhece do recurso interposto através de mera cópia reprográfica, sem autenticação ou assinatura original do patrono. 2. Verificada a irregularidade na formação do recurso, é defeso a aplicação do artigo 284 do CPC, que prevê emenda da petição para sanar os vícios. Esta possibilidade só se aplica à petição inicial (JSTF 174/105). 3. A juntada ou correção tardia não supre o procedimento irregular, porque operada a preclusão consumativa. 4. O tribunal não poderá converter o julgamento do recurso em diligências para determinar a correção da irregularidade. 5. Agravo improvido." (TJ-AM - AGR: 20110049453000100 AM 2011.004945-3/0001.00, Relator: Desª Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Data de Julgamento:



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

133

13/02/2012, Segunda Câmara Cível, Data de Publicação:
02/03/2012) (grifei)

Corroborando com o entendimento deste Tribunal de Justiça e de outros tribunais, o Colendo Superior Tribunal de Justiça possui dominante e iterativa jurisprudência no mesmo sentido, senão vejamos: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AUSÊNCIA DE ASSINATURA ORIGINAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. Não se conhece de recurso em que é apresentada somente cópia reprográfica sem autenticação ou assinatura original do advogado. 2. Agravo regimental não conhecido". (AgRg no Ag 1338608/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2011, DJe 23/05/2011) (grifei)

Em igual sentido: EDcl no AgRg no AgRg no REsp 666617/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/06/2005, DJ 05/09/2005. Ante o exposto, com base no art. 557, caput, do Código de Processo Civil c/c o art. 74, VIII, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, NEGÓ SEGUIMENTO ao recurso interposto.(...)"

Compulsando os autos, verifico que a recorrente, novamente, interpôs o presente agravo através de cópia (fls. 79/110), tendo em vista que o recurso não contém a assinatura original do patrono, mas mera firma escaneada.

Além disso, à fl. 126 a Diretoria Cível certificou que a recorrente não apresentou a petição recursal autêntica.

Insta salientar que a peça processual digitalizada não guarda relação com o andamento do feito na forma eletrônica, regulado pela Lei nº 11.419/2006, visto que o processo de escaneamento se assemelha à fotocópia (STJ, AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 330.466 – RS, Relator: Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, Data de Julgamento: 05/09/2013).

Assim, a interposição do recurso por cópia digitalizada desacompanhada do original atenta contra a regularidade formal que norteia a prática dos atos processuais, o que acarreta o não conhecimento do inconformismo, por defeito de admissibilidade.

Nesse sentido, vejamos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO INTERPOSTO MEDIANTE CÓPIA NÃO AUTENTICADA. NÃO CONHECIMENTO. 1. Não se tratando de original, nem de cópia autenticada, impõe-se o não conhecimento do recurso, por descumprimento de formalidade essencial à sua existência. 2. Agravo regimental não conhecido". (AgRg no Ag 804.023/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/03/2007, DJ 12/04/2007)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

134

Ademais, impende ressaltar que houve afronta ao princípio da dialeticidade, visto que a recorrente em nenhum momento impugnou os fundamentos da decisão agravada (fls. 75/76).

Ora, se a decisão terminativa negou seguimento ao agravo de instrumento por entender que não se conhece do recurso interposto através de mera cópia reprográfica, sem autenticação ou assinatura original do patrono, deveria a recorrente apresentar os fundamentos de fato e de direito que justificassem o pedido de reforma do julgado. Ao invés disso, a recorrente interpôs o presente recurso de agravo através de cópia novamente e repetiu os fundamentos já declinados nas razões do agravo de instrumento.

Nesse ponto, vejamos o entendimento da 5ª Câmara Cível desta Corte de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL RECEBIDO COMO LEGAL - IRREGULARIDADE FORMAL - AFRONTA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL - RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO E PROCRASTINATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA - RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Não merece ser conhecido o Agravo Legal por falta do requisito da regularidade formal quando o Agravante não ataca os fundamentos da decisão agravada. Aplicação analógica da Súmula 182 do STJ. 2. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC. 3. Recurso não conhecido com aplicação de multa." (TJPE - AGR: 2778274 PE 0013430-54.2012.8.17.0000, Relator: Agenor Ferreira de Lima Filho, Data de Julgamento: 01/08/2012, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 06/08/2012) (grifei)

Por fim, tendo em vista tratar-se de recurso manifestamente infundado, a teor do que dispõe o art. 557, § 2º do CPC, fica aquele que o interpôs sujeito à aplicação da multa ali estipulada.

Ante o exposto, **não conheço** do presente Recurso de Agravo e aplico multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionado ao depósito da respectiva quantia.

É como voto.


Des. Jovaldo Nunes Gomes
Relator